



PR nº 52/2023

PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER, E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/2023.

O projeto de resolução 52/2023, proposto pelo Vereador João Ananias, com a coautoria dos Vereadores Aurélio Nomura, Dr. Adriano Santos, Jair Tatto, Jussara Basso, Manoel Del Rio, Professor Toninho Vespoli, Senival Moura e Silvia da Bancada Feminista, pretende criar a Frente Parlamentar Antirracista na Câmara Municipal de São Paulo. Esta frente terá como finalidades estimular a participação da sociedade civil nos debates sobre os direitos da população negra, promover práticas antirracistas nos equipamentos públicos da cidade, ampliar o debate sobre igualdade racial e propor novas legislações de ações afirmativas. As ações da Frente deverão agregar conhecimento, reunir elementos e articular práticas em prol da democracia e igualdade racial.

Na argumentação em defesa da iniciativa, o proponente destaca a necessidade de combater a discriminação racial, que persiste tanto no país quanto no município, resultando em exclusão social, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e vítimas de violência. Diante dessa realidade, o Poder Público deve adotar uma postura proativa de combate ao racismo, implementando ações afirmativas para superar essa situação.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela legalidade do projeto.

As Frentes Parlamentares são institutos criados no âmbito das casas legislativas brasileiras, tanto no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) quanto nas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais. Elas têm a finalidade de promover a articulação entre parlamentares de diferentes partidos e bancadas em torno de temas específicos de interesse público. A Câmara dos Deputados, por exemplo, estabeleceu as regras para o registro de frentes parlamentares através do Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005, que define frente parlamentar como “a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Resolução ALESP nº 870, de 08 de abril de 2011, disciplina a criação de frente parlamentar.

Nesta Câmara Municipal, de acordo com definição constante do respectivo endereço eletrônico, as frentes parlamentares constituem-se em “grupos suprapartidários de atuação voltada, em conjunto com a sociedade civil e outros órgãos públicos, ao debate e aprimoramento da legislação e de políticas públicas no âmbito de sua competência (...)”¹.

Tendo em vista a importância do escopo da proposta – o combate ao racismo – assim como de um olhar do Poder Público para a promoção da

¹ [Frentes Parlamentares - Câmara Municipal de São Paulo \(saopaulo.sp.leg.br\)](https://saopaulo.sp.leg.br/Frentes-Parlamentares-Camara-Municipal-de-Sao-Paulo), consultada em 29/09/2023



PR nº 52/2023

igualdade racial e conscientização sobre o tema, em relação ao mérito a ser analisado pela Comissão de Administração Pública, somos **favoráveis** à aprovação do projeto de lei.

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, ressalta que o projeto é oportuno e meritório, **favorável**, portanto, é o parecer.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está condizente com os referendos legais de conduta fiscal. **Favorável**, portanto, é o parecer.

Sala das Comissões Reunidas,